

A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: DO LIVRE COMÉRCIO AO COMÉRCIO ESTRATÉGICO ADMINISTRADO¹

IVAN TIAGO MACHADO OLIVEIRA²

WESLEI GUSMÃO PIAU SANTANA³

O SISTEMA INTERNACIONAL de comércio está no cerne da reprodução do sistema capitalista, envolvendo não só as questões econômicas e, principalmente, as de ordem política. Percebemos que, com o crescimento dos fluxos internacionais de comércio, vem ganhando cada vez maior destaque o antigo debate relativo ao comércio internacional. Em determinados momentos, busca-se a liberação universal; em outros, entra em pauta o controle e as restrições à circulação. Embora este debate, comumente, seja tratado no âmbito da análise econômica, defendemos neste ensaio o outro olhar, o da Administração Política. Ou seja, a proteção ou a liberalização do comércio internacional faz parte de um complexo processo no qual a administração política do capitalismo está em jogo, definindo não só as relações produtivas, mas o processo de acumulação e a gestão da distribuição.

Adotamos para este debate a polarizarem dois grandes posicionamentos, apesar das pequenas discrepâncias internas de cada formulação. De um lado, temos os liberais, favoráveis a maiores impulsos de liberalização comercial e defendendo sempre a maior eficiência econômica, em termos alocativos, que adviria do comércio livre e, por conseguinte, maior desenvolvimento. Do outro lado, os ditos “protecionistas”, sedentos por certos

¹ Trabalho final apresentado na disciplina Tópicos Especiais em Teoria e Administração Política, do Curso de Doutorado em Administração do NPGA/UFBA, 2008.2. Professor: Reginaldo Souza Santos.

² Economista, doutorando em Administração pelo NPGA/UFBA e pesquisador do Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo) da mesma instituição.

³ Administrador, doutorando em Administração pelo NPGA/UFBA e professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia — Uesb.

controles sobre o comércio, dado que acreditam que em vez de ajudar os países, sobretudo os de menor desenvolvimento, a crescerem e se desenvolverem, o comércio, livre de gravames, pode acabar por gerar entraves significativos ao processo de desenvolvimento nacional.

Por certo que a ciência econômica já produziu muitas análises sobre a presente temática, porém enfatizamos que, neste artigo, o olhar da administração política será privilegiado como forma de pensar em outros aspectos do problema. Logo de início, é necessário esclarecer que administração política é entendida neste artigo como — programas/propostas de gestão das relações sociais de produção, realização e distribuição dentro do capitalismo (Santos, 2008, p. 105). Neste tema, não há como fugir dos referenciais de análise econômica. A gestão das relações de produção e distribuição dão um novo recorte que permite visualizar outros problemas administrativos e políticos no comércio internacional. Enfatizamos que, quando falamos em administração, não estamos pensando na gestão operacional “burocrática”, mas nos aspectos políticos da gestão que se encontram em todas as formas de organização, do Estado à empresa privada. A gestão dessas relações sociais é responsável pela definição dos rumos da produção, do comércio ou da circulação e da distribuição. Além disso, ressaltamos que esse processo foi/é responsável pela conformação do atual sistema capitalista, e sua melhor distribuição pode tornar o mundo mais responsável, garantido condições de materialidade mais simétricas e ampliadas.

Portanto, para além da gestão operacional, partimos para analisar as abordagens teóricas que dão sustentação às diferentes vertentes do comércio internacional, focados na gestão das relações capitalistas. De um lado temos a abordagem da teoria do comércio internacional pautada na vantagem comparativa, que é a base para a defesa do livre comércio pelos liberais. Tal abordagem também é apresentada quando da defesa da racionalidade decisória para a liberalização comercial de cunho unilateral. Vale lembrar que a teoria preconiza que ganhos gerais, em eficiência, advirão do comércio internacional, não importando qual seja a dotação dos fatores e a produtividade absoluta de cada país. De acordo com embasamento histórico e estatístico, segundo os liberais, o livre comércio é crucial para o desenvolvimento. A ideia é a de que o livre comércio se apresenta como sendo a melhor política comercial, ou seja, a melhor política comercial é não tê-la. Como relatam Chang & Grabel (2004), os liberais dizem:

Free trade carries numerous benefits. It offers developing countries the opportunity to attain output and employment growth, to increase productivity and efficiency, and to enhance living standards and consumption choices. Free trade also corrodes corrupt systems of preference wherein those with connections to the government are granted trade licenses and other protections (Chang & Grabel, 2004, p. 55).

A rejeição dos argumentos liberais é feita com base em uma visão de que o comércio livre não é uma decisão ótima para os países em desenvolvimento quando estão engajados em comércio com nações industrializadas. Friedrich List foi um dos primeiros teóricos a sistematizar uma defesa do protecionismo “educador” como meio de alcançar a maturidade industrial. Como também apresentado por Raúl Prebisch, a queda dos termos de intercâmbios, devido às diferenças nas elasticidades-renda dos produtos exportados pelos países em desenvolvimento em relação aos desenvolvidos, leva a uma condição problemática para as contas externas dos que estão em processo de desenvolvimento, o que trará consigo barreiras ao desenvolvimento desses países.

Os liberais advogam que a liberalização comercial poderia trazer certos custos em curto e médio prazos. Porém, uma análise custo-benefício, de longo prazo, aponta para sua eficiência e eficácia como instrumento de desenvolvimento econômico. Além disso, fazem uso do argumento de que os países, hoje desenvolvidos, alcançaram o topo do desenvolvimento via políticas liberais. Chang & Grabel (2004) dizem que tal argumento é uma falácia:

During their development, the governments of today’s industrialized countries used different combination of the following policy tools: tariff levies; tariff rebates on imported inputs used in the production of export; restrictions on the import of raw materials used by key industries; government regulation of the quality of goods produced for export; and government provision of information on export markets and marketing assistance (Chang & Grabel, 2004, p. 62)

Segundo alguns *neolistinianos*, e exemplo de Chang (2002), embora muitos pensem que tais políticas protecionistas de desenvolvimento foram “inventadas” pelo Japão ou outro país do Leste Asiático, no pós-Segunda

Guerra, ou mesmo pela Alemanha, de List, no final do século XIX, os países pioneiros na implementação de políticas protecionistas foram a Inglaterra e os EUA, tidos como “referência” para o desenvolvimento pela via do livre-comércio. Na verdade, Friedrich List, o suposto pai da defesa das *infant industries*, teve seus primeiros contatos com tais ideias, quando estava exilado nos EUA, na década de 1820. A primeira sistematização sobre os argumentos em defesa da proteção às indústrias nascentes foi desenvolvida por pensadores estadunidenses como Alexander Hamilton, primeiro secretário do Tesouro Americano, e Daniel Raymond.

Observamos, assim, em ambos posicionamentos, que, para além das ideias econômicas, a defesa de um comércio livre ou controlado está carregada de conceitos políticos, de disputa de poderes, em que a Administração política, na gestão das relações de comércio, pode permitir novo olhar sobre o sistema, este é o maior objetivo dessa análise.

O artigo está estruturado em quatro sessões. Na primeira, delimitamos o foco de análise e definimos a metodologia de observação. Em seguida, analisamos as abordagens clássicas e neoclássicas de comércio internacional. Na terceira sessão, discutimos o Estado e o comércio estratégico administrado, a partir das abordagens de Fichte, List e Prebisch. Por fim, tecemos algumas considerações finais.

Em defesa do livre comércio: as abordagens clássicas e neoclássicas sobre o comércio internacional

Os mercantilistas, entre os séculos XVI e XVIII, acreditavam que o comércio internacional era fonte primordial de riqueza e poder, a partir da lógica de acumulação de poder de compra via superávits comerciais e consequente acúmulo de metais preciosos. Assim, com um enfoque estático acerca da disponibilidade de recursos, os mercantilistas viam a atividade econômica, que teria como objetivo o alcance de saldos comerciais positivo, como um jogo de soma zero, em que um país só poderia ganhar se um outro perdesse. Diante desse contexto de olhares atentos e suspeitos sobre o comércio externo, a intervenção estatal no comércio exterior, no sentido de regular a entrada de importações no país e, concomitantemente, fomentar as atividades exportadoras, era fundamental para o desenvolvimento e o aumento da riqueza da nação numa perspectiva mercantilista.

É justamente contra essa visão mercantilista que Adam Smith, influenciado pelos escritos de David Hume e do fisiocratismo francês, vai traçar

sua análise sobre o comércio internacional não focando nos interesses e objetivos da nação de forma geral (acumulação de ouro e prata, na visão mercantilista), mas colocando as necessidades individuais como objeto principal de sua análise. Para podermos compreender, de forma clara e precisa, a visão clássica sobre o comércio internacional, é importante recordarmos a teoria do valor-trabalho desses autores.

Adam Smith, em sua obra-prima *A Riqueza das Nações*, de 1776 —, como o próprio nome já diz, buscava construir um estudo analítico que explicasse, a contento, a natureza e as causas da riqueza das nações, contrapondo à lógica mercantilista — deixa clara a ideia de que a especialização advinda da divisão social do trabalho é um ponto fundamental para o aumento da produtividade do trabalho na economia e, assim, de sua riqueza material. A partir do lançamento de tais bases conceituais e analíticas, Smith apresenta-nos uma teoria das trocas internacionais fundamentada na ideia de *vantagem absoluta* de custos.

Tendo em vista sua visão de riqueza como capacidade de compra, isto é, aquilo que se pode comprar com o dinheiro, Smith diz que o comércio internacional traz bem-estar ampliado à sociedade, quando permite que esta adquira produtos do exterior para a satisfação das necessidades dos indivíduos. Além disso, e mais importante ainda, devido à propensão da natureza humana a trocar, negociar produtos, que é limitada pelo tamanho do mercado e que fundamenta o aumento da produtividade do trabalho, a partir da divisão social deste, a expansão do comércio internacional aumenta o mercado para os produtos produzidos pela economia nacional, permitindo o aprofundamento da divisão do trabalho e contribuindo para o incremento da riqueza das nações.

Não obstante a relevância da contribuição de Smith com sua análise via custos absolutos, muitas questões permaneciam não respondidas. Tendo em vista as diferenças entre as estruturas produtivas dos países, seus graus de desenvolvimento distintos, como poderia haver comércio internacional entre nações, quando uma nação tem vantagens absolutas de custos em todo o seu espectro produtivo em relação a seus parceiros comerciais? Como defender uma abertura comercial geral como meio de alcançar um maior bem-estar na sociedade, dada a existência de tal complexidade e diversidade de relações sociais de produção entre as nações? Para responder a tais questionamentos, o princípio das vantagens absolutas foi deixado de lado. Entra em cena o conceito que vai dar embasamento, até hoje, aos

defensores do livre comércio em escala mundial, o conceito de *vantagem comparativa*.

David Ricardo foi quem primeiro advertiu sobre a insuficiência analítica da teoria smithiana do comércio internacional. Ricardo observou que a ideia de vantagens absolutas pode ser utilizada para se determinar o padrão de comércio interno de um país que apresente perfeita mobilidade dos fatores de produção, mas não para o comércio internacional, no qual há a presença de imobilidade (ou baixa mobilidade) dos fatores de produção. Vale relatar, portanto, que a tese de Smith é, na verdade, uma ocorrência particular da abordagem mais geral de Ricardo. O autor irá acrescentar, então, que, mesmo se um país for produtivamente superior, a todos os outros com quem pode comerciar, ou seja, mesmo se ele tiver vantagens absolutas de custos para todos os produtos que produz e consome, haverá benefícios para que esse país engaje-se nas trocas internacionais e melhore, assim, o bem-estar de sua sociedade como um todo.

Como já foi dito, o foco analítico diferencial de Ricardo em relação a Smith é a análise a partir de bases relativas de produtividade entre as nações, um aspecto diretamente relacionado à gestão da produção, sendo estes aspectos da Administração Política a chave para o entendimento do porquê da existência de comércio internacional de bens, assim como do padrão de trocas comerciais entre as nações. Vejamos mais detalhadamente o modelo ricardiano.

A teoria das vantagens comparativas de Ricardo tem como base alguns pressupostos fundamentais, dentre os principais cabe citar: 1) considera um mundo com dois países, dois produtos e um único fator de produção relevante, que é o trabalho (modelo 2x2x1); 2) o estoque de mão-de-obra dos países é dado; 3) a mão-de-obra é perfeitamente móvel entre os setores produtivos da economia nacional, mas imóvel internacionalmente; 4) inexistem barreiras ao comércio internacional e custos de transporte; 5) a economia apresenta custos constantes em escala; e 6) existência de diferenciação da tecnologia da produção entre os países.

Ricardo usou a análise hipotética dos custos de produção de vinhos e tecidos em Portugal e na Inglaterra.⁴ Segundo sua hipótese, Portugal teria custos de produção tanto de vinho como de tecidos mais baixos que a

⁴ Vale lembrar que a unidade básica de análise é o trabalho. Portanto, os custos são dados em unidades de trabalho.

Inglaterra; mas mesmo assim o comércio entre os dois geraria benefícios mútuos. Para além das questões econômicas, esses são processos da gestão produtiva nacional e de programas de relações entre nações soberanas, podendo, claramente, ser observado como uma escolha política para garantir benefícios futuros para a acumulação capitalista.

É importante notarmos, contudo, que existem condições básicas para que os ganhos sejam de fato observados. Uma primeira que vale destaque é o condicionamento das trocas no mercado internacional a uma relação de preços determinada. No modelo de Ricardo que vimos de apresentar, observamos uma relação do tipo 1:1. Se ocorresse uma variação na relação dos preços no mercado internacional, por exemplo, que fizesse com que as possibilidades de comércio ultrapassassem o trecho 0,89-1,2, observaríamos que um dos países passaria a ganhar ainda mais em detrimento do outro, podendo tornar não viável o comércio entre eles. Uma segunda condição básica para a análise ricardiana é a consideração da “hipótese de país pequeno”, isto é, os países são tomadores de preço, não tendo poder econômico suficiente para interferir nos preços internacionais (Bauman et al., 2004, p. 15).

É fácil notar, a partir dessa visão, que o comércio entre Portugal e Inglaterra traria ganhos para ambos. Tais ganhos podem ser vislumbrados de duas formas. A primeira seria a observação do comércio como meio indireto de produção. Quando Portugal produz vinhos e os transaciona por tecidos com a Inglaterra, Portugal está, na verdade, “produzindo” tecidos por meio da produção de vinhos, e a Inglaterra está produzindo vinhos por intermédio da produção de tecidos. A segunda forma de observarmos os ganhos advindos, a partir do comércio internacional, é examinar como esse comércio afeta as possibilidades de consumo de cada país. Por exemplo, Portugal, ao se especializar na produção de vinhos, que é onde possui vantagens comparativas, estará produzindo uma quantidade maior de vinho do que a soma das produções dele e da Inglaterra antes do comércio. A Inglaterra, por sua vez, também estará produzindo mais tecidos em relação à produção mundial (inglesa + portuguesa) na situação anterior ao comércio internacional. Assim, com a produção mundial ampliada, Portugal pode consumir mais tecido e a Inglaterra pode demandar mais vinhos do que antes. O consumo de ambos os países foi alargado (Krugman & Obstfeld, 2001, p. 22).

A partir dos pressupostos do modelo ricardiano, podemos observar, logicamente, que estes não são a melhor representação da realidade e, por

isso, suas conclusões devem ser, devidamente, qualificadas e posicionadas. Krugman & Obstfeld (2001) apresentam- nos algumas críticas à especialização extrema da economia, característica das economias analisadas no modelo clássico. Alguns motivos pelos quais numa economia real não se observa uma extrema especialização: 1) quando se considera a existência de mais de um fator de produção, a tendência à especialização fica reduzida; 2) o protecionismo dos países em defesa de suas indústrias (existência de barreiras ao comércio); 3) o custo do transporte internacional é positivo e pode ser tão alto que leve uma economia à autossuficiência em certos setores (Krugman & Obstfeld, 2001, p. 33).

A teoria das vantagens comparativas de David Ricardo é criticada em suas bases irrealistas e específicas sobre tecnologia, estrutura industrial e condições macroeconômicas e mobilidade dos fatores trabalho e capital. Não obstante tais críticas, Ricardo deixou um legado importante para as relações internacionais. Seu conceito de vantagens comparativas, mesmo com deficiências, deu nova fundamentação ao debate sobre os padrões das trocas internacionais e engendrou novas formulações teóricas que buscam analisar o comércio internacional, seja para refutar o livre-cambismo, como meio de alcance do desenvolvimento econômico de uma nação, seja para defendê-lo, da mesma forma que faz o modelo teórico neoclássico Heckscher-Ohlin-Samuelson (H-O-S). Seguindo nossa análise sobre as teorias do comércio internacional, vale, pois, apresentar o modelo liberal H-O-S, que, até hoje, tem relativa primazia no debate do comércio internacional.

Em 1919, Eli Heckscher lançou seu trabalho seminal sobre o comércio internacional, a partir de um enfoque neoclássico. Ele vai, na verdade, incorporar novas variáveis ao estudo dos determinantes do comércio entre as nações e tentar, sobretudo, avaliar os impactos sobre a distribuição de renda num país, quando este se abre ao comércio com o exterior. No nosso entendimento, esses acréscimos estariam mais próximos das práticas de gestão do que da economia política. Gonçalves (2005) relata:

Ao incorporar os fatores básicos de produção (trabalho, terra e capital) à sua análise, Heckscher ampliou o modelo ricardiano, no qual os preços relativos refletiam a produtividade relativa do trabalho. Porém, é a suposição de igualdade internacional de tecnologia que gera as bases para as propostas principais do modelo neoclássico de comércio exterior (o modelo de Heckscher-Ohlin) (Gonçalves, 2005, p. 102).

Na tentativa de avaliar a relação entre distribuição de renda e comércio internacional, Heckscher desenvolve a ideia de que, com o comércio internacional, haveria equalização dos preços relativos dos fatores de produção.

Vale salientar que Bertil Ohlin foi quem deu prosseguimento no desenvolvimento do modelo de Heckscher, nas décadas de 1920 e 1930. Como mostraremos melhor mais adiante, em 1948, Paul Samuelson, fundamentado em pressupostos não muito realistas, utilizou-se de métodos matemáticos para testar a hipótese de equalização dos preços relativos dos fatores, por isso o modelo é conhecido atualmente como modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson.

Um ponto de significativa relevância que nos é colocado por Gonçalves (2005) é que, na verdade, o modelo teórico seminal desenvolvido por Heckscher foi, de certa forma, desconfigurado em seu processo de desenvolvimento. No prefácio da edição inglesa de seu artigo, que fora primeiro publicado na Suécia, seu país de origem, Heckscher adverte: “Deve-se enfatizar aqui que o termo «fator de produção» não se refere simplesmente às amplas categorias de terra, capital e trabalho, mas às diferentes qualidades de cada uma destas. O número dos fatores de produção, portanto, é praticamente ilimitado” (Heckscher, 1919, apud Gonçalves, 2005, p. 102). Podemos verificar, pois, que o modelo neoclássico simplificado, em que se toma como pressuposto para a existência de dois países, dois produtos e dois fatores de produção — modelo tipo $2 \times 2 \times 2$, aparenta uma quebra parcial em relação à abordagem original de Heckscher acerca dos determinantes das vantagens comparativas do comércio internacional. Os elementos da Administração Políticas estavam, claramente, presentes no modelo original, sendo desconsiderado em seus desdobramentos econômicos posteriores, como podemos observar no modelo Ohlin.

“A contribuição central de Heckscher, que Ohlin desenvolveu em seguida, consiste em explicar a troca internacional com base na abundância ou na escassez relativa dos vários fatores de produção de que são dotados os países” (Bado, 2004, p. 7). O teorema de Heckscher-Ohlin assevera, pois, que um país terá vantagens comparativas no produto cuja fabricação utilize de forma intensiva o fator de produção abundante no mesmo. Dessa forma, cada país produzirá e exportará os bens intensivos no fator de produção profuso em seu território econômico.

A abundância relativa de determinado fator, num país, pode ser observada tanto em termos físicos quanto em termos de preço de fatores.

(Baumann et al., 2004, p. 20). No primeiro caso, temos a averiguar os estoques dos fatores de produção existentes no país. Já no segundo, é necessária a análise da relação entre as remunerações relativas dos fatores observados num determinado país. Por exemplo, se considerarmos a existência dos fatores trabalho e capital numa certa economia e também que w e r representam as remunerações dos fatores trabalho e capital, respectivamente, temos que $(w/r)_A$ é igual ao preço relativo do trabalho em relação ao capital no país A e $(w/r)_B$ como a mesma relação no país B. Se $(w/r)_A < (w/r)_B$, podemos afirmar que o país A é abundante em trabalho; enquanto o país B é profuso em capital. Assim, o país A produzirá e exportará, segundo a teoria neoclássica do comércio, bens intensivos em trabalho e o país B aqueles que demandem mais significativamente o fator capital.

No modelo H-O-S, as trocas internacionais serão identificadas como a troca de fatores abundantes por fatores escassos. Isto é, a mobilidade internacional dos bens serve como substituto à mobilidade dos fatores de produção entre as nações, algo muito mais difícil. Tais trocas, ademais, somadas à divisão do trabalho, acabam por efetuar uma equalização dos preços dos fatores de produção, em nível mundial, segundo a teoria neoclássica.

Voltando ao exemplo supracitado, o país A possui vantagens comparativas na produção de bens intensivos em trabalho e o país B naqueles intensivos em capital — $(w/r)_A < (w/r)_B$. Suponhamos dois bens X e Y; sendo o primeiro, trabalho-intensivo; e o segundo, capital-intensivo. Assim, o país A terá uma oferta relativa do bem X maior que a do bem Y. Isso faz com que o preço relativo de X em relação a Y seja menor em A que em B — $(P_x/P_y)_A < (P_x/P_y)_B$. Como o país A produzirá o bem X e o comercializará com o país B, que ofertará mais do Y e exportará para o país A, seus preços relativos convergem. Isto é, o preço relativo internacional do bem X em relação ao Y estará situado entre os preços relativos internos antes do comércio entre os dois países. Observaremos, portanto, que o preço do bem X em A tenderá a subir, enquanto o preço do bem Y seguirá a tendência oposta. Já em B será o preço do bem X que cairá e o do bem Y que apresentará tendência de alta. A convergência dos preços relativos dos bens estará confirmada. É importante salientar que, como nos apresenta Baumann et al (2004, p. 25), duas condições adicionais importantes devem ser observadas para que haja a equalização dos preços dos fatores, quais sejam: 1) necessidade de alguma proximidade entre as dotações fatoriais dos países

analisados; e 2) a inexistência de uma especialização completa dos países considerados, ou seja, ambos devem produzir alguma quantidade de ambos os produtos para que as relações (w/r) possam convergir.

No que concerne à interação entre comércio internacional e distribuição de renda, a teoria apresenta-nos a avaliação de que os setores da economia do país que se encontram envolvidos na produção de bens intensivos, no fator abundante, serão beneficiados com o comércio internacional. Já os setores que produzem bens intensivos, em fatores escassos, concorrentes com importações, sairão prejudicados com a abertura ao comércio com o exterior. Na país A, de nosso exemplo, observaremos que os produtores do bem X ganharão com o comércio com o país B, tendo em vista que poderão exportar seus produtos para ele e ainda a preços mais altos do que os que vigoravam no país A, antes da abertura. Enquanto isso, muitos dos produtores do bem Y no país A poderão sumir do mapa devido à concorrência com as importações do bem Y advindas do país B. Krugman & Obstfeld (2001) apresentam dois aspectos importantes a serem considerados acerca do processo de distribuição de renda com o comércio internacional no modelo neoclássico, quais sejam: 1) a distribuição de renda é afetada, temporariamente, se nos reportarmos à análise da imobilidade dos fatores; e 2) o comércio internacional afeta significativamente e de forma mais permanente a distribuição considerada em grandes grupos de fatores, como capital, trabalho e terra (Krugman & Obstfeld, 2001, p. 80).

E quanto à equalização dos preços dos fatores de produção? Para tal explicação devemos acreditar que, como já foi citado acima, quando dois países fazem comércio estão não só trocando diretamente bens, mas também fatores de produção de forma indireta. Assim, quando o país A exporta o bem X, trabalho-intensivo, para o país B, este está utilizando, indiretamente, a mão de obra abundante no primeiro, tendo em vista que o bem X tem incorporado em si o fator trabalho abundante no país A. Da mesma forma que quando B exporta o bem Y para A está, indiretamente, exportando seu capital embutido na produção do bem Y. Destarte, o país A exporta, de forma indireta, mão de obra para o B e importa deste capital. Tal consideração nos levaria a afirmar que a equalização dos preços dos fatores de produção ocorre, de fato, com o processo de comércio entre as nações.

Em 1948, com base em modelo matemático, Samuelson demonstrou que as trocas internacionais igualarão os preços dos fatores de produção entre as nações nelas envolvidas. Para tal análise, ele considerou condições

que não são vislumbradas na realidade econômica, dentre elas: 1) homogeneidade de fatores de produção; 2) mobilidade internacional de bens sem gravames; 3) identidade das técnicas de produção; e 4) condições de concorrência perfeita nos mercados de fatores e bens. Seus resultados apresentam-se, pois, sem grande valor explicativo para a análise da realidade contemporânea.

Wassily Leontief realizou um trabalho pioneiro e seminal em relação aos testes empíricos do modelo H-O-S. Leontief analisou, a partir da matriz de insumo-produto dos EUA de 1947, o comércio internacional dos EUA, estimando os efeitos de um aumento de US\$ 1 milhão nas exportações e de uma redução do mesmo valor nas importações relativamente ao uso dos fatores de produção. Dado que os EUA tinham o fator capital em abundância relativa mais significativa, a relação capital/trabalho nos setores exportadores deveria ser maior que nos setores competidores com importações. Não obstante tal consideração, o resultado encontrado por Leontief foi que as importações dos EUA embutiam mais capital por trabalhador que as exportações, ou seja, contrariando o modelo H-O-S. Num país desenvolvido e rico como os EUA, abundante em capital, as exportações apresentavam mais trabalho-intensivo que as importações. Esse resultado ficou conhecido na literatura econômica como o *paradoxo de Leontief*.

Algumas críticas ao exercício realizado por Leontief surgiram asseverando que ele desconsiderava: 1) a possibilidade de reversão na intensidade dos fatores, o que significa dizer que, por ter considerado um só país, pode-se não ter conseguido observar que as exportações dos EUA fossem de fato mais intensivas em capital quando comparadas às de outros países; 2) a possibilidade de haver um viés de demanda; 3) um terceiro fator de produção como a terra; 4) a relevância da análise do diferencial de competitividade da mão de obra dos EUA (Baumann et al., 2004, p. 30).

Vale frisar que a observação mais atenta dos fluxos de comércio internacional, atualmente, acaba por apresentar certas inconsistências analíticas do modelo neoclássico do comércio internacional, quando da tentativa de explicação da realidade comercial e dos determinantes dos padrões de comércio entre as nações. Se olharmos com a perspectiva da gestão das relações de produção e circulação de bens e serviços, a maior parte do comércio mundial é feita entre países desenvolvidos, os quais apresentam dotações fatoriais relativamente similares, caso que o modelo H-O-S não pode explicar. Ademais, os críticos irão questionar algumas ideias subjacentes

ao modelo liberal neoclássico, como em relação à difusão do progresso tecnológico através do comércio internacional, fato que não foi observado na realidade objetiva.

Apesar das críticas, o modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson de comércio internacional ainda apresenta visível utilidade quando da análise dos impactos sobre a distribuição de renda de um país advindo do seu envolvimento no jogo do comércio internacional. Se colocarmos o problema da gestão da distribuição, discutido na Administração Política, percebemos que a desconsideração da interferência estatal no comércio internacional torna os modelos de análise limitados. A distribuição e a criação de condições materiais dignas para a maioria da população do planeta não pode dar-se pelo esforço individual de cada um. Diante de um jogo de forças desigual, em que os poderes econômico e político imperam, é necessário pensar em novas formas para gerenciar o comércio internacional.

O Estado e o comércio estratégico administrado: as abordagens de Fichte, List e Prebisch em análise

O debate teórico-ideológico entre livre-cambistas e protecionistas esteve presente na história muito antes dos Clássicos da economia e da Administração (é possível observar o debate sobre o comércio e a proteção mesmo em obras de Aristóteles). Nessa questão, nem sempre as coisas podem ser observadas tão claramente, existindo, muitas vezes, aspectos e posições aparentemente destoantes que demarcam a complexidade analítica do processo. Talvez, por exemplo, um observador menos atento possa pensar que encontramos em Karl Marx um defensor da proteção do comércio nacional contra o capitalismo globalizante, considerando-se a importância da obra do autor para o pensamento esquerdista no século XX. Esquerda essa que teve (e, em geral, ainda tem) forte tendência protecionista. Contudo, como observado em seu discurso na Associação Democrática de Bruxelas, em 9 de janeiro de 1848, Marx deixa claro sua posição em favor do livre-cambismo.

[. . .] the protective system of our day is conservative, while free trade system is destructive. It breaks up old nationalities and bushes the antagonism of the proletariat and the bourgeoisie to extreme point. In a word, the free trade system hastens the social revolution. It is in this revolutionary sense alone, gentleman, that *I vote in favor of free trade* [grifo nosso] (Marx, 1848, p. 9).

Já na análise keynesiana, a partir da administração política, o Prof. Santos (2008) destaca a crítica do autor ao modelo hedonista do liberalismo clássico e ao *laissez-faire* — “Keynes deixa claro que a tese de que o individualismo ou o autointeresse esclarecido sempre atua em favor do interesse público não é verdadeira, pois carece de comprovação empírica” (p. 142). No tocante às relações internacionais, Keynes também defende uma nova concepção de gestão das relações comerciais, destacando que o modelo de administração política do capitalismo deveria ser extensivo ao plano das relações internacionais.

Na verdade, uma defesa contundente e fundamentada numa inter-relação de elementos de posição em prol do protecionismo surgirá na região que hoje chamamos de Alemanha, no fim do século XVIII e início do XIX, por meio dos escritos de Johann Gottlieb Fichte. Sua principal obra intitulada *O Estado Comercial Fechado*, publicada em 1800, pode ser considerada o livro-marco da defesa do protecionismo. Nessa obra, Fichte irá apresentar a ideia da necessidade de se criar uma nação autárquica por meio de planejamento (Estado dirigido) tanto da questão puramente comercial, com a proibição aduaneira, quanto em aspectos relativos à conversibilidade da moeda e necessidade de um território mínimo à autossuficiência econômica (Estado de dimensão ótima, tese precursora da ideia de *Lebensraum*). Como é exposto por Paulo Henrique de Almeida, “[. . .] a autarcia aparece como uma consequência da planificação imperativa” (Almeida, 1999a, p. 5).

Como nacionalista alemão, Fichte tinha em mente a construção da nação alemã, que no nosso entendimento é um processo de Administração Política de construção de um Estado. “Não é, portanto, de modo algum surpreendente que ele se oponha ao mercantilismo das grandes potências, que, em sua época, já começava a se transformar no que viria ser o imperialismo moderno” (Almeida, 1999a, p. 5). Fichte vai, assim, traçar as diretrizes de política de comércio exterior para que a nação alemã autárquica e igualitária possa ser construída. A planificação é imperativa tanto devido ao fato da escassez de divisas, resultante do fechamento do Estado, quanto da patente necessidade de acumulação destas, para que fosse feita a importação de tecnologias a serem utilizadas no programa de substituição radical de importações. Além do mais, a eliminação de todos os agentes estrangeiros é colocada como ponto essencial da política. Contudo, Fichte reconhece que possivelmente existirá algum comércio residual com o exte-

rior, ligado a aptidões naturais dos países, o qual deve ser controlado de forma monopólica pelo Estado (Almeida, 1999a, p. 12). Nesse sentido, entra em cena a necessidade de controle estatal sobre a moeda de circulação universal (ouro e prata, ou conversível em ambos, no período) existente no país.⁵

Diferentemente de Fichte, mas com claras influências deste em seu pensamento, Georg Friedrich List desenvolve uma abordagem crítica à Escola Clássica, livre-cambista, que se sedimenta como uma sistematização acurada acerca do protecionismo e o desenvolvimento econômico da nação. List não vê o protecionismo como um fim em si mesmo ou como uma forma objetiva de alcançar a autarcia da nação, porquanto enxerga o protecionismo como um meio de alcançar o fim específico de construção e desenvolvimento de uma Nação forte que possa vir a comerciar num mundo com livre comércio de forma ativa e favorável.

Assim, observamos uma distinção substantiva entre o pensamento de List e de Fichte. Para Fichte, o livre comércio internacional não traz benefícios à nação, é jogo de soma zero; ao passo que, para List, o livre comércio tende a ser benéfico quando praticado entre nações com poderio econômico semelhante. Daí, a defesa do protecionismo “educador” no sentido de fortalecer economicamente a nação para que esta possa participar, de forma segura e ativa, do jogo internacional do comércio. Como relata Anson-Meyer (1982), “Contrairement à ce dont on l’accuse souvent, List n’a jamais prône le protectionnisme comme un principe général de politique économique. Pour lui, il ne s’agit que d’une nécessité historique imposé par la mise en place d’une société industrielle” (Anson-Meyer, 1982, p. 165).

Vale observar que, na verdade, Friedrich List, o suposto pai da defesa das *infant industries*, teve seus primeiros contatos com tais ideias quando estava exilado nos EUA, na primeira metade do século XIX. A primeira sistematização sobre os argumentos em defesa da proteção às indústrias nascentes foi desenvolvida por pensadores estadunidenses como Alexander Hamilton, primeiro secretário do Tesouro Americano, e Daniel Raymond.

Para melhor compreensão do pensamento de Friedrich List, acerca da política de comércio estratégico, vamos, aqui, apresentar, de forma mais detalhada, sua construção teórica encontrada no livro *Sistema Nacional de Economia Política*, publicado em 1841, no qual o autor traça suas

⁵ Para uma análise mais aprofundada do pensamento de Fichte, ver Almeida (1999).

considerações críticas à Escola Popular (como é chamada por List a Escola Clássica da economia) e constrói a fundamentação de sua análise acerca do mundo.

List inicia sua construção teórica refutando o “individualismo cosmopolita” dos clássicos. Isto é, a ideia clássica de análise econômica a partir do indivíduo inserido num mundo cosmopolita, “sem nações”, sem interesses conflitantes entre Estados nacionais, ideia essa bem desenvolvida por Adam Smith no seu livro *A Riqueza das Nações* (1776), é clara e veementemente repelida por List. Para este, os clássicos, ao desconsiderarem a existência da NAÇÃO entre o indivíduo e o mundo, incorreram em um erro crasso de análise, deixando de lado o fundamental da realidade objetiva mundial e levando adiante uma ideia, no mínimo, idealista, se não propositadamente construída segundo interesses particulares, de um mundo cosmopolita, uma união universal onde existiria um estado de paz perpétua. Portanto, List terá seu foco analítico na NAÇÃO e seus programas de Administração das relações de produção, realização e distribuição no jogo mundial do poder. Daí, a importância que dará às políticas de caráter protecionista na condução dos destinos dos projetos nacionais.

Nesse aspecto, analisando seu tempo, List relata que “[. . .] nas atuais condições do mundo, o resultado da liberdade geral de comércio não seria uma república universal, mas, pelo contrário, uma sujeição total das nações menos adiantadas à supremacia da potência industrial, comercial e naval atualmente dominante” (List, 1983, p. 93). E acrescenta:

O sistema protecionista, na medida em que constitui a única maneira de colocar as nações ainda atrasadas em pé de igualdade com a nação predominante (a qual, aliás, nunca recebeu da Natureza um direito perpétuo ao monopólio industrial, senão que apenas conseguiu adiantar-se às demais em termos de tempo), esse sistema protecionista, considerando sob este ponto de vista, apresenta-se como meio mais eficaz para fomentar a união final das nações, e, portanto, também para promover a verdadeira liberdade de comércio (List, 1983, p. 93).

Seguindo na construção de sua crítica teórica, List alerta para o fato de que a teoria clássica do valor não toma em consideração o ponto fulcral da análise econômica, qual seja: a causa da riqueza. Segundo List, os clássicos preocuparam-se em analisar a riqueza; contudo, as causas da riqueza,

que são algo muito diferente da riqueza em si, e para nós, dentro do campo da Administração Política, foram deixadas de lado na construção teórica clássica. A partir dessa crítica, List irá dar vida a uma *teoria das forças produtivas* em que será observada a ênfase na análise das causas da riqueza, estando estas focadas nos atributos e qualificação das forças produtivas da Nação (vale aqui notar que List dá importância significativa tanto ao trabalho intelectual quanto ao “tradicional”, até mesmo apontando para o fato de o primeiro ser, na maioria das vezes, o formador do segundo). A prosperidade de uma Nação estará, pois, ligada ao desenvolvimento das forças de produção nacionais, que só podem ser alcançadas com a gestão das relações de produção, acumulação e distribuição, associando decisões políticas do Estado e dos agentes privados. Para tal, List chama a atenção que o comércio exterior não pode ser tratado seguindo uma lógica simplesmente individualista e racional-econômica, faz-se necessário que o Estado se utilize a política comercial como meio de conseguir aumentar a capacitação e o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, no sentido de gerar prosperidade à Nação como um todo, segundo suas estratégias de desenvolvimento deliberadamente traçadas.

No quadro evolutivo apresentado por List acerca dos estágios de desenvolvimento pelos quais as nações devem passar, observamos a seguinte sequência. Um estágio de barbárie inicial, seguido por um estágio pastoril, estágio agrícola, estágio agromanufatureiro e, finalmente, estágio agromanufatureiro-comercial. Como colocado por Bado, List “[. . .] não deixa qualquer dúvida de que a industrialização constitui condição essencial para a maturação econômica” (Bado, 2004, p. 10). Sobre este aspecto da importância da indústria para o desenvolvimento nacional, o próprio List relata, de forma bastante contundente, que:

Uma nação que só possui agricultura é um indivíduo que em sua produção material trabalha com um braço só. O comércio constitui apenas o meio de troca entre a produção agrícola e a produção manufatureira, e entre os diversos setores destas. Uma nação que troca produtos agrícolas por artigos manufatureiros estrangeiros é um indivíduo com um braço só, sustentado por um braço estrangeiro. Esse apoio pode ser-lhe útil, mas não tanto como se possuísse ele mesmo dois braços — isso porque sua atividade depende da vontade do estrangeiro (List, 1983, p. 113).

Considerando as posições políticas adotadas pela grande potência econômica europeia de sua época (a Inglaterra) e seu discurso pró-liberalização comercial, Friedrich List relata que os países que chegam a um alto grau de desenvolvimento, usando de práticas protecionistas, acabam por “chutar a escada” pela qual chegaram ao topo, como podemos vislumbrar na transcrição abaixo.

Quando alguém conseguiu atingir o ponto máximo de sua grandeza, é muito comum recorrer ele a um artifício astuto: atira para longe a escada que lhe permitiu subir, para que outros não a usem para subir atrás dele. É nisso que reside o segredo da doutrina cosmopolita de Adam Smith, e das tendências cosmopolitas de seu grande contemporâneo William Pitt, bem como de todos os seus sucessores nas administrações dos governos britânicos.

Toda nação que, por meio de adoção de taxas protecionistas e de restrições à navegação estrangeira, conseguiu aumentar sua força manufatureira e sua navegação a tal ponto que nenhum outro país é capaz de manter livre concorrência com ela, nada melhor e mais sábio pode fazer do que atirar para longe essas escadas que serviram para construir sua própria grandeza, apregoar às outras nações as vantagens e benefícios do livre comércio, e declarar, em tons penitentes, que até aqui andou por caminhos errados, e só agora, pela primeira vez, conseguiu descobrir a verdade (List, 1983, p. 249).

Notamos, pois, como List coloca a prática de “chutar a escada” para o desenvolvimento como algo usual perpetrado pelos países prósperos, prática essa ainda possível de ser observada nos dias atuais, seguindo padrões analíticos *listianos*, como argumentado por Chang (2002). Nota-se que o “chutar a escada” só pode ser elaborado com uma administração política de um projeto de Nação que crie programas institucionais de proteção e políticas públicas de orientadora da importação e exportação.

Não obstante sua defesa do protecionismo como meio para que a nação, em conjunto com outras políticas de cunho nacionalista, pudesse alcançar o desenvolvimento máximo de suas forças de produção, ou mesmo devido a tal defesa nacionalista, List será partidário do colonialismo. Na verdade, para List o desenvolvimento só seria possível para os países de clima temperado, os europeus e os EUA, cabendo aos países tropicais a

função de serem colônias agroexportadoras dos países mais fortes do norte. Fica aqui clara a ideia de que o pensamento de List tem por fundamento básico o nacionalismo, a partir do qual ele baliza suas críticas à teoria clássica. Vemos, porém, um grau de “franqueza” na abordagem *listiana*, distintamente dos clássicos. Enquanto estes constroem e vendem uma visão de mundo falsamente universalista e libertária, List deixa patente, sem disfarce, sua visão colonialista e eurocêntrica, apontando para o fato de que a Alemanha forte irá participar da “partilha do mundo” latino-americano e asiático entre as potências europeias existentes e colonizar os bárbaros. Observamos, portanto, que List apresenta uma contradição de ordem substantiva quando de sua análise acerca do desenvolvimento das nações. Ao mesmo tempo que constrói todo um arcabouço teórico e analítico do problema do desenvolvimento moderno, anda para trás com sua visão colonialista e discriminatória, olhando o mundo do ponto de vista europeu.

O caráter colonialista da visão de List, embora tenha feito com que alguns, mesmo que influenciados por suas brilhantes ideias, tentassem encobrir qualquer ligação ou influência do autor, não tira o mérito de sua obra genial e, ainda, de certa forma, atual. List conseguiu compreender problemas que ainda passavam despercebidos em sua época e indo muito além do debate econômico. O foco no desenvolvimento nacional, com forte intervenção estatal, no qual o mercado interno ganha importância significativa, com investimentos infraestruturais e proteção aduaneira às indústrias nascentes nacionais, faz do pensamento de List uma das bases de sustentação da defesa do desenvolvimento nos países “subdesenvolvidos”, na segunda metade do século XX, configurando, em tais afirmações, importante arcabouço para a análise da Administração Política do capitalismo moderno. Tal fato pode ser claramente observado a partir da análise do pensamento da Cepal e sua relevância para o processo de industrialização da América Latina, desde a década de 1950.⁶ Para melhor compreendermos as interconexões existentes entre a visão cepalina e alguns aspectos do pensamento de List, vamos apresentar, mais detalhadamente, a seguir, a abordagem desenvolvida por Raúl Prebisch (líder máximo da corrente de pensamento cepalina e voz ativa em favor do desenvolvimento dos países

⁶ Vale aqui lembrar da importante contribuição do economista romeno da primeira metade do século XX Mihail Manoilescu (1929) ao pensamento econômico protecionista, principalmente no Brasil. Sua obra *Teoria do Protecionismo* foi traduzida no país nos anos 1930, tendo sido muito apreciada pelos industriais paulistas.

pobres na Unctad) e sua similitude e confluência analítica acerca da política comercial protecionista como mecanismo propulsor do desenvolvimento das nações subdesenvolvidas.

Primeira, vale ressaltar que Prebisch irá construir um modelo de três setores para as economias subdesenvolvidas, periféricas, tendo como fim demonstrar a inaplicabilidade dos pressupostos, critérios e conclusões neoclássicos acerca da alocação dos recursos em nível internacional, consubstanciado no modelo Hecksher-Ohlin, bem como apresentar a racionalidade do protecionismo como um mecanismo de desenvolvimento para a periferia do sistema capitalista. Assim, observaremos uma ruptura com o pensamento neoclássico, fundamentada na ideia de que as relações econômico-comerciais entre as nações são, caracteristicamente, assimétricas, demonstram a presença dos elementos de administração política em seu modelo. Sobre este aspecto Cardoso (1993) esclarece:

Opondo-se à ideia prevalecente nos meios liberais-ortodoxos que aceitavam a premissa fundamental da teoria de mercado relativa às vantagens comparativas da divisão internacional do trabalho, Prebisch afirma que as relações econômicas entre o Centro e a Periferia tendem a reproduzir as condições de subdesenvolvimento e aumentar o fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A mão invisível do mercado apareceria, para Prebisch, como madrasta: em vez de corrigir distorções, acentuava-as (Cardoso, 1993, p. 34).

Ao analisar a região periférica, Raúl Prebisch observa-a repartida em três setores, quais sejam: um setor econômico de subsistência; um segundo setor exportador de bens primários; e um terceiro caracterizado como industrial nascente. Desenvolver significaria reduzir o abismo que separa os setores modernos dos arcaicos, melhorando as condições de vida da massa populacional por meio de sua inclusão nos setores mais dinâmicos da economia. Esse desenvolvimento não poderia se dar apenas pelos pressupostos econômicos, mas é necessário criar instrumentos de gestão política das relações econômicas para dar condições ao Estado e aos agentes econômicos de promover o avanço das condições de reprodução capitalista nestas regiões.

Prebisch nota, ao analisar o ciclo econômico, por meio de estudos empíricos, que havia, na realidade, uma tendência à deterioração dos termos de intercâmbio das economias periféricas em suas relações com o centro.

Tal fato estaria ligado às questões organizativas e estruturais presentes nos países desenvolvidos, que ajudam no processo de impedimento da difusão dos frutos de progresso técnico para o mundo periférico, realçando nesse ponto as questões distributivas assimétricas que marcam uma gestão política que não se preocupa com a materialidade universal. Acerca dessa questão ligada à não difusão do progresso técnico, ponto central da crítica cepalina à teoria neoclássica do comércio internacional, Prebisch (2000) relata claramente:

Em geral, o progresso técnico parece ter sido mais acentuado na indústria do que na produção primária dos países da periferia, como se destaca num recente relatório sobre as relações de preços. Por conseguinte, se os preços houvessem caído em consonância com o aumento da produtividade, a queda teria tido que ser menor nos produtos primários do que nos industrializados, de modo que a relação de preços entre ambos teria melhorado persistentemente em favor dos países da periferia, à medida que se desenvolve a disparidade das produtividades.

Se houvesse ocorrido, esse fenômeno teria tido um profundo significado. Os países periféricos teriam aproveitado, com a mesma intensidade que os países centrais, a baixa dos preços dos produtos finais da indústria. Desse modo, os frutos de progresso técnico ter-se-iam distribuído equitativamente no mundo inteiro, segundo o pressuposto implícito no esquema da divisão internacional do trabalho, e a América Latina não teria nenhum benefício econômico em sua industrialização. Antes, haveria uma perda efetiva, enquanto não se alcançasse uma eficiência produtiva igual à dos países industrializados (Prebisch, 2000a, pp. 81-2).

A conclusão a que Prebisch chegou foi de que não somente os frutos do progresso não chegavam à periferia do sistema capitalista como, na verdade, havia transferência real de ganhos econômicos da periferia para o centro via intercâmbio desigual. Muito além da economia, isto é um problema de administração política na anarquia de um sistema internacional de comércio, que dificulta a consecução de acordos comerciais. Entra em cena, destarte, a defesa por Prebisch da industrialização protecionista, deliberadamente planejada e orientada pelo Estado nacional, tendo como fim o *desenvolvimento nacional* autônomo e independente. Em outros

termos, um programa de Administração Política para o desenvolvimento de um projeto de Nação, que resguarda as assimetrias entre as nações, mantendo o sistema de produção capitalista.

Nessa ótica, algumas similitudes podem ser encontradas entre os argumentos de Prebisch em prol da industrialização dos países mais atrasados tanto em críticos clássicos, como List, quanto em alguns contemporâneos seus, como Gunnar Myrdal. Em Myrdal (1968) encontramos também confluências de ideias e perspectivas analíticas entre ele e Prebisch. E, principalmente, muitos trechos em que a gestão das relações produtivas e distributivas está no centro da configuração do sistema capitalista. Tal fato fica claro no seguinte excerto retirado de Myrdal (1968), no qual uma crítica à abordagem prebischiana é refutada.

O Prof. Jacob Viner faz a seguinte afirmação plausível: “[. . .] o problema real dos países pobres não é a agricultura como tal ou a ausência de indústria, mas a pobreza, o atraso, a agricultura pobre e a manufatura pobre” (*International Trade and Economic Development*. Oxford: Clarendon Press, 1953, p. 52). Presume-se seja esta crítica ao Prof. Raúl Prebisch e a outros que têm sustentado que a industrialização é a base necessária a um programa de desenvolvimento econômico. Como seu argumento é estritamente estático, Viner deixa totalmente de perceber que a industrialização pretende retificar uma economia em desequilíbrio e dar-lhe ritmo dinâmico (Myrdal, 1968, p. 56).

O pensamento de Raúl Prebisch sobre os problemas do desenvolvimento/subdesenvolvimento teve importância fundamental nas estratégias de desenvolvimento das nações periféricas, tanto na América Latina quanto na Ásia, traçadas desde a década de 1950. A ideia de industrialização deliberada, organizada e orientada pelo Estado nacional; portanto, focada em um receituário de administração política, tornou estruturas econômicas agroexportadoras da periferia em estruturas industriais maduras, com grande capacidade produtiva, demarcando uma era de crescimento econômico periférico na qual a proteção às indústrias nascentes, às vezes já jovens ou maduras, foi levada adiante como ponto fundamental da estratégia nacional de desenvolvimento. Eis aqui, para alguns como Bado (2004, p. 11), um ponto de divergência entre o “pai do protecionismo moderno”, Friedrich List, e Prebisch. List teria dado maior ênfase ao protecionismo

“educador”, temporário, focado em setores potencialmente competitivos, ao passo que Prebisch teria apresentado uma abordagem que via no protecionismo mais amplo uma forma de consecução de estratégias nacionais de desenvolvimento periférico.

Desconsiderando-se o mérito ou não de tal argumento crítico, fato é que tanto List quanto Prebisch formularam teorias que pensavam o desenvolvimento a partir de uma ótica protecionista fundada na ideia de construção da NAÇÃO. Relacionando com as considerações de Reginaldo Souza Santos (2004) sobre a Administração Política, pensamos que estes elementos são fundamentais para a construção de um projeto nação, vinculado diretamente à gestão das relações sociais de produção e distribuição, que permite uma real construção de um projeto soberano. Assim, os pressupostos clássicos e neoclássicos foram refutados e todo um arcabouço teórico foi constituído para dar embasamento a políticas econômicas que permitissem aos países atrasados traçar suas *catch-up strategies* e se desenvolverem de forma relativamente independente e autônoma, criando pressupostos para melhoria das condições materiais de vida para milhares de pessoas, que continuam sendo vilipendiadas na reprodução de um sistema capitalista desigual e excludente.

Considerações finais

O debate acerca do comércio internacional e sua inter-relação com o desenvolvimento não é recente. Na verdade, pode-se asseverar que ele é um dos pontos mais antigos e controversos do sistema de reprodução do capital. Dada a complexidade que o tema envolve, não existe uma estrutura teórica única que aborde, de forma completa, as diretrizes do jogo do comércio internacional. A evolução da teoria deixa-nos claro que, desde os mercantilistas, passando pelos liberais, protecionistas e estrategistas, o comércio entre as nações foi observado como ferramenta fundamental de análise no processo de construção e desenvolvimento de uma nação. Tal aspecto fica potencializado com o incremento da interdependência econômico-comercial mundial atual, o que torna ainda mais premente o estudo acurado do instrumental teórico acerca das trocas internacionais. Não obstante muitos possam, por vezes, acusar as tentativas teóricas de entendimento da realidade de simplistas, é fato que, sem a teoria e sua boa compreensão, a complexidade das relações no plano real pode nos cegar e impedir qualquer análise minimamente fundamentada.

Por isso, este artigo objetivou traçar uma análise, partindo dos teóricos da análise econômica, mas demonstrando que, na base de suas formulações, estão os pressupostos de uma Administração Política. A gestão das relações sociais de produção, de realização e de distribuição encontra-se diretamente vinculada com as questões da troca internacional de produtos e serviços. Entre os pressupostos teóricos liberais do comércio livre, difundido prioritariamente pelas nações hegemônicas industrializadas, e as consistentes críticas protecionistas que demonstram a necessidade da intervenção do Estado e da regulação da administração privada para garantir o desenvolvimento, observamos mecanismos de gestão política em que o Estado e os atores privados são vistos com pesos diferentes para atuarem na reprodução do sistema e na acumulação do capital. A administração dessas relações sociais está na base da construção de um projeto nacional, que continua demonstrando as assimetrias de poderes e a preocupação com a manutenção do sistema capitalista. Pensamos que a questão distributiva é o ponto-chave para a construção do desenvolvimento dos países periféricos, sendo a sua gestão de forma mais igualitária a alternativa vislumbrada para garantia de uma materialidade, que melhore o bem-estar da humanidade.

Temos consciência de que, por se tratar de um campo novo, mesmo na área de administração, a Administração Política está colocada como um campo de análise sujeito a críticas. Assim, partimos de um mapa teórico da economia para perceber quais as suas limitações e onde o arcabouço da gestão política pode alavancar o debate sobre o comércio internacional. Deixamos claro que este é um texto em construção, colocado para comunidade para a crítica e novos aprofundamentos.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Henrique de. O Estado Comercial fechado de Fichte e a origem teórica das políticas autárquicas fascistas e stalinistas. In: *Encontro Nacional de Economia Política*, 4, jun. 1999. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <www.race.nuca.ie.ufrj.br>. Acesso em 27/7/2006.
- ANSON-MEYER, Monique. *Friedrich List: un économiste du développement au XIX siècle*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1982.
- BADO, Álvaro Labrada. Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, vol. 3, n.º 5, pp. 5-20, jul. 2004.
- BAUMANN, Renato et al. *Economia Internacional: teoria e experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

- CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CHANG, Ha-Joon. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. Londres: Anthem Press, 2002.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GUIMARÃES, Edson P. *Evolução das teorias de comércio internacional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 (Estudos em Comércio Exterior, vol. 1, n.º 2). Disponível em: <www.ie.ufrj.br>. Acesso em 20/8/2005.
- JAYME JR, Frederico G. Comércio internacional e crescimento econômico: o comércio afeta o desenvolvimento? *Revista de Comércio Exterior*. Rio de Janeiro, n.º 69, out.-dez. 2001.
- KRUGMAN, Paul R. & Maurice OBSTFELD. *Economia internacional: teoria e política*. 5.^a ed. São Paulo: Makron Books, 2001.
- LIST, Georg Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LOVE, Joseph L. *A construção do terceiro mundo: teorias do desenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MARX, Karl. *On the Question of Free Trade*. Discurso na Associação Democrática de Bruxelas em 9 de janeiro de 1848. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em: 25/7/2006.
- PREBISCH, Raúl. Por uma nova política comercial em prol do desenvolvimento. In: Ricardo BIELSCHOWSKY (org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000a, vol. 1, cap. 10, pp. 373-422.
- . O desenvolvimento econômico da América latina e alguns de seus problemas principais. In: Ricardo BIELSCHOWSKY (org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000b, vol. 1, cap. 1, pp. 69-136.
- PORTER, Michael E. *A vantagem competitiva das nações*. São Paulo: Campus, 2001.
- RICARDO, D. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- SANTOS, Reginaldo Souza. Keynes e a proposta de administração política do capitalismo. *Revista Brasileira de Administração Política*, Salvador, vol. 1, n.º 1, pp. 103-58, 2008.
- . (org.). *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo-Salvador: Mandacaru, 2004.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Resumo

Partindo da análise econômica e adotando como instrumental teórico-analítico a gestão das relações sociais de produção, realização e distribuição dentro do capitalismo, ou seja, a Administração Política, o presente artigo visa analisar as principais abordagens teóricas que tratam o comércio internacional, identificando de forma

aprofundada seus fundamentos e interligações “evolutivas”, além dos pontos de divergência entre elas. Apresenta-se, num primeiro momento, a abordagem liberal-tradicional (clássica e neoclássica), seguida das análises ligadas à teoria crítica do comércio estratégico de Friedrich List e Raúl Prebisch. A evolução da teoria nos deixa claro que, não obstante as divergências teóricas existentes, desde os mercantilistas, passando pelos liberais, protecionistas e estrategistas, a administração dessas relações sociais está na base da construção de um projeto nacional, que continua demonstrando as assimetria de poderes e a preocupação com a reprodução do sistema capitalista.

Palavras-chave: Administração política; Comércio internacional; Economia internacional.

Abstract

Taking into consideration the economic analysis and adopting the management of social relations of production as a theoretical and analytical tool, realization and distribution within capitalism, ie Political Administration, this article aims to analyze the main theoretical approaches that deal with international trade, identifying its foundations and “evolutionary” interconnections, and also points of divergence between them. At first, the traditional-liberal theory (classical and neoclassical) will be presented, followed by an analysis of the critical view bases on strategic trade theory of List and Prebisch. The evolution of the theory makes it clear that, despite the theoretical differences, from the mercantilists, to the liberal, the protectionist and strategists, the administration of social relations is the basis for a national project, which is still showing asymmetry of power and concern with the reproduction of the capitalist system.

Keywords: Political administration; International economics; International trade.